Apresentação

Os principais indicadores do mercado de trabalho nos primeiros cinco meses de 2002 mostram uma situação indefinida, já que o nível de ocupação nas seis maiores regiões metropolitanas vem mostrando um crescimento que se pode considerar satisfatório, da ordem de 1,5%, na média, em comparação com janeiro-maio do ano passado, e, por outro lado, a taxa de desemprego tem apresentado uma tendência ascendente, fruto de um aumento da oferta de trabalho maior que aquele exibido pela ocupação.

Como poderá ser apreciado na seção Análise do Mercado de Trabalho, essa maior variação da população economicamente ativa é, por sua vez, um produto da recuperação da taxa de participação, já que esta tinha ficado, em dezembro passado, pela primeira vez na história da PME/IBGE, abaixo de 56%. Quanto aos rendimentos médios reais, a ligeira reação de abril poderia gerar uma expectativa de início de reversão de seu processo de queda, mas as turbulências do cenário externo não autorizam, contudo, a sustentação dessa hipótese.

Em paralelo às principais determinações que os condicionantes macroeconômicos colocam para a evolução do mercado de trabalho, outras variáveis, de uma natureza bastante distinta, também podem provocar impactos consideráveis. Uma delas, de importância crescente na vida de muitos trabalhadores, é o microcrédito (ou, de forma mais ampla, as microfinanças), cuja institucionalidade e formas de operação ainda são relativamente incipientes no Brasil. Nesse sentido, este número do boletim *Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise* traz na seção Opinião dos Atores um panorama bastante amplo de visões sobre a realidade atual e as perspectivas desse segmento de apoio financeiro aos esforços de geração de trabalho e renda: Marcelo Neri, da FGV, Tânia Machado, do Centro Cape, Rita Valente, do Banco do Nordeste, Sérgio Moreira, do Sebrae, Monica Valente, da CUT, e Rogério Nagamine, do MTE, produzem, de certa forma, um diálogo altamente estimulante sobre as alternativas que se apresentam para o avanço dessa modalidade de financiamento dos trabalhadores e micro ou nanoempreendedores.

A primeira Nota Técnica reforça o debate sobre microfinanças, com Luis Henrique Paiva e Marcelo Galiza, ambos do MTE, contrastando três experiências em que tanto a focalização do público como a forma de operar são distintas. Na segunda, Lauro Ramos, do IPEA, investiga o fenômeno da informalização do trabalho assalariado na década de 1990 e a mudança que houve nos últimos anos, analisando os processos que se verificaram no interior dos principais setores econômicos e, a partir daí, o impacto do efeito composição no resultado do conjunto. Finalmente, a terceira nota é uma contribuição de Carlos Henrique Corseuil e Miguel Foguel, ambos do IPEA, relativa à utilização de deflatores para o cálculo dos rendimentos reais nas pesquisas domiciliares do IBGE.